

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público



Aplicação: 21/11/2006

Cargo 8: Consultor Legislativo

TARDE

Área de atuação: **Sociedade e Minorias**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 9/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a prova prática: locais mencionados no item III.
- VI 12/3/2006 – Realização da prova prática: em locais e horários que serão informados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnBC **ESPE**
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDF = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois
princípios que se combatem e regulam diversamente as
atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se
4 nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades
rudimentares manifestavam-se eles, segundo sua
predominância, na distinção fundamental entre os povos
7 caçadores ou coletores e os povos lavradores.

10 Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética
da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só
atribuirá valor positivo às ações que sente ânimo de praticar
e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades
13 próprias do aventureiro — audácia, imprevidência,
irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem — tudo,
enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do
mundo, característica desse tipo. Por outro lado, as energias
16 e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são
enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à
estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem
19 perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário,
por viciosos e desprezíveis para eles.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, p. 44 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 Na linha 18, a conjunção “e” tem a função de acrescentar um termo à enumeração que se inicia com “estabilidade”.
- 2 Embora elimine do texto a idéia de possibilidade, a supressão do auxiliar, na locução “podem assinalar-se” (l.1), mantém a coerência textual e a correção gramatical, desde que seja feita a flexão no verbo principal: **assinalam-se**.
- 3 Na linha 2, subentende-se, pelo desenvolvimento do texto, que o pronome **se** precede a forma verbal “regulem”, assim como precede a forma “combatem”.
- 4 Alteram-se as relações de sentido entre os termos sujeito e predicado da oração, mas preservam-se a coerência e a correção gramatical do texto ao empregar-se o verbo **encarnar** (l.3) em sua forma não-reflexiva, desde que seja retirada a preposição **em** que rege o termo “tipos” (l.4).
- 5 Pelo desenvolvimento textual, infere-se que a palavra “Já” (l.4) está empregada como conjunção de valor adversativo.
- 6 Na argumentação do segundo parágrafo, a palavra “ética” (l.8), nas duas ocorrências, está sendo empregada no seu sentido original de apreciação da conduta humana sob a perspectiva de uma determinada sociedade ou grupo.
- 7 Na linha 16, a inserção de duas vírgulas demarcando a oração subordinada “que se dirigem a uma recompensa imediata” preservaria a correção gramatical, mas atribuiria, necessariamente, à oração um sentido restritivo; o que contrariaria a argumentação do texto.

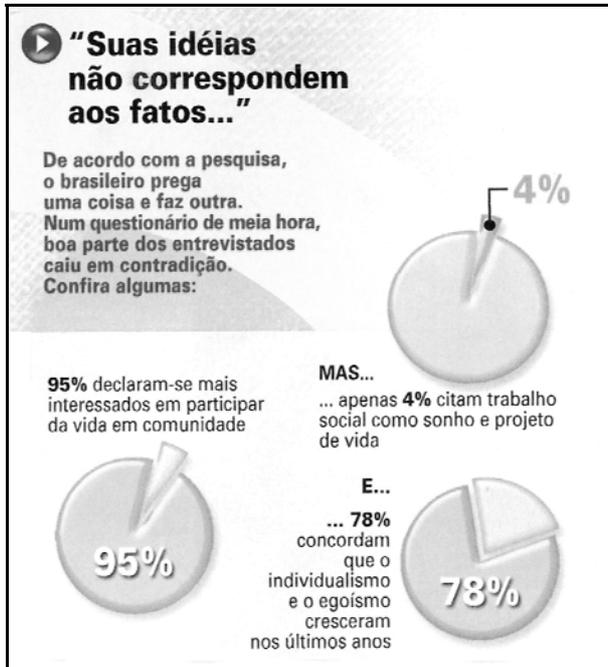
O umbigo nacional — pensando no coletivo, agindo no individual. Os brasileiros hoje.

1 O título, sintomático, batiza uma abrangente
pesquisa nacional que traz um diagnóstico não muito
positivo sobre o caráter e a personalidade do brasileiro. A
4 pesquisa identificou em que situações o tal jeitinho brasileiro
vem à tona. “Ele vive cada dia como se fosse único e, apesar
das convicções moralistas e politicamente corretas, acoberta
7 falhas dos amigos no trabalho.” Entre os aspectos abordados
— que vão da sexualidade à educação, passando por
cidadania e hábitos de consumo —, esse espírito
10 contraditório entre o *ser* e o *agir* parece ser o mais
expressivo.

Juliana Vilas e Marina Caruso. *Istoé*, “Capa”, 9/11/2005 (com adaptações).

Referentemente ao texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 8 O texto não poderia constituir parte de um relatório oficial visto que, nele, são desrespeitadas as normas de redação oficial quanto ao emprego de aspas e de pontuação, especificamente no que se refere ao uso de travessão acompanhado de vírgula (l.9).
- 9 De acordo com a argumentação do texto, o diagnóstico “não muito positivo” (l.2-3) justifica-se pela idéia, presente no título, de o brasileiro pensar no coletivo, mas agir no individual, bem como pela idéia do “espírito contraditório entre o *ser* e o *agir*” (l.9-10).
- 10 Preservam-se a coerência da argumentação e o respeito às regras gramaticais ao se reescrever o trecho “em que situações o tal jeitinho” (l.4) como **situações que o tal jeitinho**.
- 11 Ficam preservadas a correção gramatical e a coerência da argumentação do texto caso se substitua a forma verbal “acoberta” (l.6) por um de seus possíveis sinônimos textuais, como, por exemplo, **corrige**.
- 12 Na linha 8, a expressão que sugere uma gradação, “vão da sexualidade à educação”, não é usada para estabelecer uma verdadeira gradação; ela constitui, apenas, recurso lingüístico para expressar uma enumeração.



Istoé, “capa”, 9/11/2005 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência, julgue os itens seguintes.

- 13 Se “trabalho social como sonho e projeto de vida” fosse a resposta não de 4%, mas de apenas 1% dos brasileiros, a forma verbal empregada na explicitação do gráfico (“citam”) deveria estar flexionada no singular para que as regras gramaticais fossem preservadas.
- 14 Um documento oficial que incluísse, como uma de suas partes, os dados dos gráficos acima representados respeitaria tanto a coerência das informações quanto as normas de redação oficial desde que assim fosse redigido: De acordo com a pesquisa, o brasileiro caiu em contradição ao, 95%, declararem-se mais interessados em participar da vida comunitária, ao passo que menos de 5% tem o trabalho social como projeto de vida. Desses 78% consideram que o individualismo cresceu nos últimos anos.
- 15 O emprego da forma singular do verbo, em “boa parte dos entrevistados caiu em contradição”, atende às regras gramaticais porque reflete a concordância ideológica permitida pela identificação entre “entrevistados” e “brasileiro”.

1 A condição de viajante do mundo globalizado é sentida por quem busca uma compreensão profunda de sua história, sua cultura e sua identidade. Em consequência das

4 diferenças raciais, econômicas, regionais e econômico-sociais, o brasileiro facilmente se sente um estrangeiro diante dos seus compatriotas, apesar dos laços de língua e de

7 reconhecimento mútuo que os unem. Ainda existem barreiras culturais, dificilmente superáveis, que desafiam as noções ideológicas de identidade e semelhança.

Karl Erik Scholhammer. *O olhar antropológico – ou o fim do exótico*, p. 273 (com adaptações).

Considerando as idéias e as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 16 Depreende-se da argumentação do texto que as “noções ideológicas de identidade” (l.8-9) estão vinculadas à cultura e à história.
- 17 É coerente com a argumentação do texto e gramaticalmente correta a seguinte paráfrase do primeiro período sintático: Quem busca uma compreensão profunda de sua história, de sua cultura e de sua identidade sente-se na condição de viajante do mundo globalizado.
- 18 Apesar de o pronome possessivo “sua”, nas três ocorrências às linhas 2 e 3, gramaticalmente poder ser associado tanto a “viajante do mundo globalizado” (l.1) quanto apenas a “mundo globalizado” (l.1), o desenvolvimento do texto mostra que a associação correta a ser estabelecida é com a segunda alternativa.
- 19 Se a expressão “dos seus compatriotas” (l.6) fosse empregada no singular, a coerência do texto seria preservada; mas, para que fosse respeitada a correção gramatical, seria necessário empregar, também, no singular, o pronome “os” (l.7).
- 20 Pelo valor semântico que a oração iniciada por “Ainda existem” (l.7) tem na argumentação do texto, iniciá-la por uma conjunção como **Embora** preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

Acerca da participação do governador do DF no processo legislativo, julgue os itens a seguir.

- 21** Os únicos tipos de proposição legislativa que são submetidos à sanção do governador do DF são os projetos de lei distrital ordinária e os projetos de lei distrital complementar.
- 22** O governador do DF pode editar medidas provisórias distritais, em caso de urgência e relevância, observadas as limitações materiais definidas na LODF.

Acerca da CLDF e dos deputados distritais, julgue os itens seguintes.

- 23** É permitido a deputados distritais o exercício de cargo de secretário de governo na administração do DF.
- 24** A presidência da CLDF deve ser exercida pelo deputado distrital que obteve, individualmente, o maior número de votos na eleição em que conquistou seu mandato.
- 25** Salvo disposição expressa em contrário, seja da Constituição Federal, seja da LODF, as deliberações da CLDF são tomadas por maioria simples.
- 26** Nas sessões ordinárias da CLDF, o pequeno expediente deve anteceder o tempo destinado à ordem do dia.
- 27** A Comissão de Constituição e Justiça da CLDF é composta por vinte membros efetivos e cinco suplentes.
- 28** As decisões do colégio de líderes são tomadas pela maioria absoluta dos membros que o compõem.

Considerando que Gustavo seja membro da CLDF e exerça a função de terceiro-secretário, julgue os próximos itens.

- 29** Se Gustavo mudar de partido, ele perderá seu cargo na Mesa Diretora, salvo se o seu novo partido for do mesmo bloco parlamentar do anterior.
- 30** Gustavo pode ser preso, em flagrante delito, pela prática de crime de tortura.

Julgue os itens que se seguem, com referência à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais.

- 31** Um dos mais relevantes direitos fundamentais assegurados pela Constituição da República é o da liberdade de locomoção, cuja proteção se faz, entre outros instrumentos, por meio do *habeas corpus*. Este pode ser impetrado por qualquer cidadão, mesmo que não seja advogado, pode ter caráter preventivo, isto é, pode servir para evitar lesão futura à liberdade de locomoção, e pode, ainda, atacar atos judiciais ilegais, até mesmo depois de transitarem em julgado.
- 32** Adotando-se a nomenclatura utilizada por Alexandre de Moraes, é correto afirmar que a Constituição brasileira é escrita quanto à forma, dogmática quanto ao modo de elaboração, promulgada quanto à origem, rígida quanto à estabilidade e analítica quanto à extensão.

No que respeita à organização do Estado e ao Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

- 33** As comissões parlamentares de inquérito (CPI), constituídas no Poder Legislativo, têm poderes de investigação análogos aos das autoridades judiciárias, mas, em relação à prisão, só podem decretá-la no caso de flagrante delito. Essas comissões podem, por outro lado, decretar medidas como a interceptação das comunicações telefônicas e buscas e apreensões; entretanto, para que essas medidas sejam válidas, esses atos devem ser fundamentados pelos componentes da CPI.
- 34** Não obstante o princípio federativo, o tratamento dos membros do Poder Legislativo, nas três esferas do poder político, não é rigorosamente análogo, de modo que eles não possuem as mesmas imunidades do ponto de vista formal e material.

Julgue os itens a seguir, no que se refere à tributação e às finanças públicas.

- 35** Devido à necessidade da lei orçamentária para o funcionamento da administração pública, o projeto dessa lei não pode ser vetado pelo presidente da República, a não ser nos casos de veto parcial, por inconstitucionalidade expressa.
- 36** A contribuição de melhoria é espécie de tributo que pode incidir quando, em razão de obra pública, houver valorização de imóvel particular; sua base de cálculo não deverá ser o valor integral do imóvel, mas a valorização que ele sofrer.
- 37** O princípio da anterioridade tributária significa que nenhum tributo pode ser instituído ou majorado no mesmo exercício em que venha a ser cobrado pelo fisco; a razão desse princípio deriva da necessidade de que as receitas tributárias decorrentes dessa cobrança estejam previstas na lei orçamentária, a fim de se ordenarem a receita e a despesa do poder público.

No que diz respeito à LODF e à organização do DF, julgue os itens seguintes.

- 38** O governador do DF está sujeito a processo por crime de responsabilidade perante a CLDF, o qual pode ser instaurado por iniciativa de qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical; em se tratando de processo por delito comum, o governador deverá ser afastado do exercício das funções de seu cargo se a denúncia ofertada pelo Ministério Público for recebida pelo STJ, mas, caso o julgamento da acusação não ocorra no prazo de 180 dias, o afastamento cessará.
- 39** Nos termos expressos da LODF, constituem objetivos prioritários do DF construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 40** Considere a seguinte situação hipotética.
Um cidadão era servidor público do DF e já preenchia as condições para obter aposentadoria. Veio a ser nomeado para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do DF e efetivamente entrou em exercício no órgão. Pouco mais de um ano após a posse e o exercício nas funções do cargo, requereu aposentadoria.
Nessa situação, considerando-se o direito adquirido do interessado, ele poderia ser aposentado com as vantagens e direitos do cargo de conselheiro.

Julgue os itens que se seguem, quanto aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos.

- 41** Em face da exigência constitucional de concurso público para o preenchimento de cargos e empregos públicos — ressalvado, apenas, o exercício de funções de confiança —, não é juridicamente admissível a utilização de processos seletivos simplificados para o acesso de particulares ao serviço público.
- 42** O desaparecimento do ato administrativo não ocorre apenas por anulação e revogação, mas igualmente por outras causas, como o cumprimento de seu objeto e outras hipóteses de retirada do ato, a exemplo da caducidade e da cassação; esta última consiste na situação que ocorre quando o interessado deixa de cumprir condição necessária à permanência do ato.
- 43** Os recursos administrativos não admitem efeito suspensivo.
- 44** Por força das normas financeiras aplicáveis ao poder público, não é permitida a celebração de contrato administrativo cuja duração exceda a do exercício financeiro, até porque os créditos orçamentários não podem suplantar a duração do ano civil.

Acerca dos poderes da administração, dos princípios básicos da administração e dos serviços públicos, julgue os itens abaixo.

- 45** Nos serviços públicos, a titularidade do serviço não precisa ter identidade com a titularidade da prestação do serviço, razão pela qual é juridicamente possível que esta se encontre a cargo de entes que não integrem a estrutura orgânica do Estado.
- 46** Ainda que a comissão responsável por um processo administrativo disciplinar recomende a demissão de um servidor, por ter sido constatado o cometimento de falta grave, a autoridade competente pode deixar de aplicar essa pena, com base em avaliação discricionária do caso concreto.
- 47** Com a nova ordem constitucional, pacificou-se na doutrina que, por força do princípio da responsabilidade do Estado, este poderá ser condenado a indenizar o dano a que seus agentes derem causa, tanto por ação quanto por omissão, independentemente de dolo ou culpa.

Julgue os itens a seguir, em relação à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões.

- 48** De acordo com a legislação em vigor, a licitação a realizar-se para a outorga da concessão de serviço público deve, necessariamente, ocorrer na modalidade de concorrência.
- 49** São requisitos indispensáveis para a instauração válida de qualquer licitação: existência de projeto básico que guie a execução do objeto do futuro contrato; exigência de recursos orçamentários que assegurem o pagamento do contratado; e registro da compatibilidade entre o objeto da licitação e o plano plurianual.
- 50** Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, um servidor que se recuse a submeter-se a inspeção médica determinada pela autoridade competente estará sujeito à pena de suspensão de até 15 dias; se, contudo, durante o cumprimento da penalidade, ele aceitar realizar a inspeção, a suspensão deverá ter seus efeitos interrompidos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Uma das razões para nossas dificuldades na direção da cidadania pode ter a ver com a natureza do percurso que fizemos. No Brasil, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito de voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo.

Essa inversão traz conseqüências, sobretudo para o problema da eficácia da democracia. Uma importante é a excessiva valorização do Poder Executivo. Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, o patrimonialismo. Nessa visão, a ação política é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. Ligada à preferência pelo Executivo está a busca por um messias político. Além da cultura política estatista, ou governista, a inversão favoreceu também uma visão corporativista dos interesses coletivos. A força do corporativismo manifestou-se mesmo durante a Constituinte de 1988. A ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz que os interesses corporativos consigam prevalecer.

José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 219-23 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos concernentes ao tema por ele abordado, presentes no processo histórico brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 51 A experiência brasileira demonstra, como o texto deixa transparecer, que os direitos sociais — entre os quais se enquadram o direito à educação, à saúde e à proteção ao trabalho — independem da existência de eficiente máquina administrativa do Estado e que sua eficácia — sobretudo quanto ao conteúdo e ao alcance consensualmente estabelecidos — não se vincula à existência ou à ausência dos direitos civis e políticos.
- 52 Ao destacar a inversão cronológica verificada no Brasil quanto à adoção dos direitos, o texto sugere comparação com outra referência teórica, de largo conhecimento acadêmico. No caso, trata-se da lógica da seqüência descrita por T. A. Marshall, autor que desenvolveu a distinção entre as várias dimensões da cidadania.
- 53 Tendo na liberdade individual seu pilar, os direitos civis se desdobram em múltiplos aspectos, a exemplo da garantia de locomoção, de pensamento, de organização, da inviolabilidade do lar e de não ser preso arbitrariamente.
- 54 O moderno conceito de direitos civis, entendidos como garantidores das relações civilizadas entre os indivíduos e a própria existência da sociedade civil, pressupõe uma justiça independente, ágil, eficaz e de acesso universal.
- 55 Por consistirem na faculdade de promover demonstrações políticas, de organizar agremiações partidárias, de votar e de ser votado, os direitos políticos são autônomos em relação aos direitos civis, deles podendo prescindir para sua efetiva concretização.

Ainda tendo o texto anterior como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos concernentes ao tema por ele abordado, presentes no processo histórico brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 56 O texto parece se equivocar ao conferir ao corporativismo uma força que, nem de longe, conseguiu imprimir aos trabalhos constituintes de 1987-8. Afinal, a Carta de 1988, apropriadamente chamada de Constituição Cidadã, traduz, de forma inédita no país, o grau de elevada densidade e autonomia alcançado pela sociedade civil brasileira, ao superar séculos de negação da cidadania.
- 57 A linha de argumentação utilizada no texto, principalmente ao destacar as condições existentes no Brasil à época da colonização, remete à constatação de que, ao contrário do Estado e das instituições que o compõem, a idéia de direitos e de cidadania não constitui propriamente fenômeno histórico, mas resposta conjuntural à crise do Estado liberal que o século XX vivenciou.
- 58 Ao citar o surgimento histórico dos direitos sociais no Brasil, o texto, embora sem declinar-lhe o nome, faz evidente referência a Getúlio Vargas e seu longo período de governo (1930-1945), particularmente em sua fase incontrastavelmente ditatorial (Estado Novo), contexto em que surgiu, por exemplo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- 59 Período de claro afastamento entre Estado e Sociedade, o regime militar (1964-1985) correspondeu à etapa republicana brasileira de maior cerceamento dos direitos políticos, como o texto sugere, com o corriqueiro fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos e o cancelamento de eleições.
- 60 O texto chama a atenção para a “excessiva valorização do Poder Executivo” na configuração do Estado brasileiro. Em apoio à tese, pode-se tomar como exemplo o fato de que os direitos sociais foram instituídos sob regimes autoritários, quando o Poder Legislativo ou não existia ou não passava de peça decorativa, o que contribuiu para fortalecer a imagem, junto à maioria da população, da inquestionável centralidade do Poder Executivo.
- 61 Categoria conceitual cara a Raimundo Faoro para a interpretação que faz do Brasil, especialmente em sua obra **Os Donos do Poder**, patrimonialismo define-se, objetivamente, pela frontal distinção entre poder estatal e poder privado, de modo que suas esferas de atuação estejam sempre bem delineadas.
- 62 Quando se reporta à ação política “orientada para a negociação direta com o governo”, praticamente alijando ou reduzindo bastante o caráter mediador do Poder Legislativo, o texto permite inferir que o Estado brasileiro, identificado com o Poder Executivo, tende a ser visto como todo-poderoso, oscilando entre os variados matizes da repressão e do paternalismo.
- 63 Afora a possível — mas discutível — exceção de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o JK dos **50 anos em 5**, do Plano de Metas e eleito com esmagadora maioria de votos, não se conhecem outros políticos brasileiros que, da redemocratização de 1945 aos dias atuais, tenham chegado à presidência da República portando traços messiânicos, o que, literalmente, contradiz o texto.

Ao longo do século XX, o Poder Judiciário passa por significativo processo de expansão em suas duas funções principais, tanto a de prestação da justiça comum quanto a de controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. Essa dupla expansão não será linear nem homogênea, considerando a diversidade de regimes democráticos existentes e as grandes fases políticas e econômicas que marcaram o século passado.

Um enfoque mais sociológico associa a expansão do Poder Judiciário e suas dificuldades atuais, respectivamente, ao desenvolvimento e crise do chamado Estado de Bem-Estar Social. Um segundo, mais jurídico, associa essa expansão à ampliação do acesso à Justiça para direitos coletivos, especialmente a partir da década de 70. Para Boaventura de Sousa Santos, o desenvolvimento do Estado Social desencadeou a produção de leis muito mais substantivas do que as produzidas pelo modelo liberal e levou o Poder Judiciário a assumir um novo papel: ele passa a ser acionado para dar efetividade prática a essa nova legislação social, muito mais substantiva do ponto de vista dos direitos da cidadania.

Rogério Bastos Arantes. **Judiciário: entre a justiça e a política**. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, São Paulo: Fundação UNESP Editora, 2004, p. 87-97 (com adaptações).

A partir do texto acima, tendo nele uma primeira referência para a análise do tema que aborda, julgue os itens subseqüentes.

- 64** Quando o texto se reporta ao novo enfoque adotado pelo Poder Judiciário no contexto histórico do advento do denominado Estado de Bem-Estar Social, no pós-Segunda Guerra Mundial, ele reafirma as mudanças significativas ocorridas no mundo do Direito e da Justiça em face da nova realidade social, política e econômica com a qual o mundo passou a conviver, ainda que de modo não uniforme e universalizado.
- 65** Em linhas gerais, duas são as referências que modelaram o Poder Judiciário contemporâneo, sobretudo em termos ocidentais, a França e os Estados Unidos da América (EUA), não por acaso responsáveis por dois dos mais significativos movimentos revolucionários que, embalados por ideais iluministas e ocorridos em fins do século XVIII, foram decisivos para a queda do Antigo Regime absolutista.
- 66** O texto sugere que, na vigência do Estado Liberal, entre meados do século XIX e, principalmente, primeiras décadas do século XX, o funcionamento da Justiça se deu de modo razoavelmente satisfatório, já que ela era plenamente reconhecida em sua autonomia como função estatal e como efetivo poder de Estado.
- 67** A profundidade da crise que se abateu sobre o Estado Liberal, na primeira metade do século XX, claramente expressa em dois conflitos mundiais e na afirmação de Estados totalitários, a exemplo dos regimes fascistas, também repercutiu nas funções do Poder Judiciário. Esse fenômeno é mais um que reitera a afirmativa contida no texto, segundo a qual a expansão das duas funções principais do referido poder se fez contingenciada pelas “grandes fases políticas e econômicas que marcaram o século XX”.

Ainda a partir do texto **Judiciário: entre a justiça e a política**, tendo nele uma primeira referência para a análise do tema que aborda, julgue os itens subseqüentes.

- 68** Em atitude considerada salutar, por desafogar a complexa e diversificada agenda do Poder Judiciário, determinadas demandas de novos movimentos sociais, como as dos ambientalistas e dos consumidores, têm sido dirigidas a organismos técnicos multilaterais, a exemplo das agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU).
- 69** A expressão “Leis muito mais substantivas do que as produzidas sob o modelo liberal clássico”, como assinala o texto para a realidade do pós-Segunda Guerra, remete à ampliação dos chamados direitos sociais e econômicos que dariam a tônica da nova etapa histórica contemporânea, de que seriam exemplos, entre outras, leis constitucionais e ordinárias voltadas para a educação, a saúde, o trabalho e a seguridade social.
- 70** No século passado, a crise do Estado de Bem-Estar Social, explicitada entre fins dos anos 70 e a década seguinte, trouxe um problema de difícil solução: enquanto o Poder Judiciário manteve-se inflexível no exercício de suas atribuições, entendidas como asseguradoras da integridade de uma legislação social ampla que deveria continuar a ser aplicada, os Estados, enfraquecidos em sua capacidade de promover o bem-estar social, propuseram drástica redução de seus gastos sociais.
- 71** O paradoxo mais evidente da nova ideologia liberal vitoriosa nas décadas finais do século XX sintetiza-se na decisão, praticamente seguida pela grande maioria dos países, entre os quais o Brasil, de desregulamentar a economia, inclusive com o adensamento do processo de privatizações de empresas, simultaneamente ao abandono das políticas comprometidas com o equilíbrio fiscal.
- 72** No quadro de crise do Estado de Bem-Estar Social, um fato surpreendente chama a atenção: em um cenário de crescente escassez de recursos públicos, o Poder Judiciário conseguiu elevar consideravelmente sua capacidade de resposta à previsível ampliação das demandas sociais. Isso se deu em escala mundial, mormente na América Latina.
- 73** Em uma perspectiva sociológica, é correto afirmar que, na atualidade, a atividade judicial é fortemente influenciada por novos fenômenos que tornam mais complexas suas funções. Entre esses fenômenos, certamente ocupam lugar de destaque a crise das vias clássicas de representação política e os efeitos da mundialização da economia sobre a produção e a implementação do direito.
- 74** No atual estágio da economia mundial, a ampliação dos mercados e das relações entre agentes econômicos, muitas das quais autônomas ou não conduzidas diretamente pelos Estados, suscita novos desafios ao Poder Judiciário, embasados na busca da segurança jurídica dos contratos.

A prática do crime é tão antiga quanto a humanidade. Mas o crime global, a formação de redes entre poderosas organizações criminosas e seus associados, com atividades compartilhadas em todo o planeta, constitui um novo fenômeno que afeta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral. A *Cosa Nostra* siciliana e suas associadas, a máfia norte-americana, os cartéis colombianos e mexicanos, as redes criminosas nigerianas, a *Yakuza* do Japão, as tríades chinesas, a constelação formada pelas *mafiyas* russas, os traficantes de heroína da Turquia, as *posses* jamaicanas e um sem-número de grupos criminosos locais e regionais em todos os países uniram-se em uma rede global e diversificada que ultrapassa fronteiras e estabelece vínculos de todos os tipos.

Manuel Castells. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 203-4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a amplitude do tema que ele focaliza, sobretudo em face de sua acentuada capilaridade nas sociedades contemporâneas, além de aspectos marcantes do cenário social brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 75 A crise que levou à desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ensejou, entre outros desdobramentos, a expansão de um tipo especial de crime dito organizado, o do contrabando de armas e de material nuclear.
- 76 Infere-se do texto que o surgimento de sociedades secretas como a célebre *Cosa Nostra* italiana explica-se pelo caráter global da economia contemporânea, assinalada por uma revolução tecnológica que permite a montagem de redes de contato entre as várias regiões do planeta.
- 77 Alguns dos exemplos de organizações criminosas globais citadas no texto sugerem ser o tráfico de drogas ilícitas um dos segmentos mais importantes desse tipo de atividade, com suas ramificações e contatos também ocorrendo em escala global.
- 78 Ao contrário do que dizem os comentários desprovidos de base empírica, os cartéis colombianos conseguiram passar ao largo da guerra civil que, há décadas, convulsiona o país. Estudos mostram que essa decisão é estratégica para a manutenção das altas taxas de lucratividade de seus negócios ilícitos.
- 79 Nas condições em que operam as “poderosas organizações criminosas e seus associados”, como indica o texto, é correto afirmar que personagens conhecidos do noticiário policial brasileiro, como Fernandinho Beira-Mar, sejam peças nucleares da intrincada rede que abastece de drogas ilícitas o mercado consumidor mundial.
- 80 Apesar de todo o aparato bélico e financeiro que envolve o Plano Colômbia, pelo qual os EUA assumiram papel protagonista no combate às drogas na região em que elas são produzidas e processadas, sabe-se que o êxito — ainda que parcial — da missão deve-se muito mais à inesperada redução da demanda por essas drogas nos mercados norte-americano e europeu.

Ainda tendo o texto **Fim de milênio** como referência inicial e considerando a amplitude do tema que ele focaliza, sobretudo em face de sua acentuada capilaridade nas sociedades contemporâneas, além de aspectos marcantes do cenário social brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 81 Quando se examinam os mecanismos com os quais opera a rede transnacional do crime organizado, fica difícil, se não impossível, desvinculá-los de algumas formas de cumplicidade entre seus agentes e os operadores da economia formal, que podem ser traduzidas, entre outros, por atos de corrupção e de impunidade.
- 82 A expressão lavagem de dinheiro, hoje bastante conhecida, é elemento fundamental no esquema utilizado pelos grandes grupos criminosos globais e corresponde, em linhas gerais, a operações realizadas com o objetivo de tornar legal dinheiro obtido de forma ilegal, o que supõe, entre outras atitudes, sua contínua aplicação em distintos mercados financeiros, normalmente os que oferecem mais flexibilidade e menores mecanismos de controle.
- 83 O contrabando de armas, ao qual o Brasil ainda se mantém imune, pelo menos aparentemente, constitui mercado de alto valor, razão suficiente para explicar a força que representa no conjunto das ações praticadas pelos grupos criminosos a que o texto se refere.
- 84 Os mecanismos hoje utilizados pela economia oficial para suas transações financeiras e comerciais não diferem, a rigor, daqueles de que faz uso o crime global. Assim, complexos esquemas financeiros e uma verdadeira rede de comércio internacional também são utilizados por essas organizações e, em face do caráter extremamente volátil de suas aplicações financeiras, acabam também por colocar em risco as economias nacionais já frágeis.
- 85 Cocaína colombiana e andina e ópio e heroína da Ásia (Sudeste e Central) são algumas das mercadorias que integram a estratégia dos grandes grupos criminosos de instalar suas funções gerenciais e produtivas em regiões de risco relativamente baixo, onde exercem um certo controle institucional, e de concentrar suas exportações para mercados de maior demanda, que lhes permitem cobrar preços mais elevados.
- 86 Alguns estudiosos do tema afirmam que o crime organizado move-se por dois objetivos principais: o lucro e a conquista do poder. Se é fácil constatar o primeiro, o segundo objetivo torna-se bem mais difícil de aceitar, já que se desconhece alguém que tenha chegado a ser eleito ou a ocupar cargos políticos com algum tipo de vínculo com essas organizações criminosas.
- 87 Estudos de especialistas contratados pela ONU e por outras instituições internacionais confirmam que a ação dos poderosos grupos criminosos somente não é maior e mais nefasta para as sociedades onde atuam porque a enorme rivalidade, que é a marca registrada de sua coexistência, acaba por inibir sua ação e por inviabilizar o estabelecimento de alianças estratégicas entre eles.
- 88 O volume anual de recursos financeiros movimentados pelo crime global organizado é por demais elevado. Estima-se que seja maior do que as transações comerciais envolvendo a principal matéria-prima da economia industrial contemporânea, o petróleo, sendo que parte considerável desse montante consegue ser legalizada pelo sistema financeiro mundial.

Ainda tendo o texto **Fim de milênio** como referência inicial e considerando a amplitude do tema que ele focaliza, sobretudo em face de sua acentuada capilaridade nas sociedades contemporâneas, além de aspectos marcantes do cenário social brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 89 Estudo oficial mostra não ser pequeno o número de municípios brasileiros nos quais há registro de exploração sexual de menores, inscrevendo-se entre os crimes mais comuns a prostituição, o tráfico de seres humanos, a pornografia e o turismo sexual. Por trás do problema, dizem os especialistas, está a pobreza, associada à desigualdade social e à capacidade de aliciamento das redes criminosas.
- 90 Chama a atenção dos analistas o fato de que quanto mais poderosa é a organização criminosa global menor é sua opção pela prática de atos violentos, como seqüestros, chantagens, extorsões, roubos, torturas e assassinatos. Provavelmente, trata-se de decisão estratégica para facilitar sua atuação em rede e sua associação a grupos criminosos locais preexistentes.
- 91 Atuando como *aviãozinho* (entregador), buscando marmitas de comida, trazendo cigarros ou desempenhando as funções de olheiros, meninos das periferias de grandes centros urbanos brasileiros protagonizam um tipo de crime em expansão: o aliciamento de crianças pelo tráfico de drogas ilícitas.
- 92 Especialistas apontam diversos fatores determinantes para a aproximação de crianças e adolescentes ao tráfico de drogas, fenômeno que atinge número significativo de países. De problemas domésticos com a família à violência dos agentes do Estado (polícia), da falta de alternativas realçada pela baixa escolaridade ao elevado nível de desemprego, passando por racismo, baixa auto-estima e preconceito, não são poucos os fatores que levam a essa aproximação.
- 93 Sabe-se que, entre 2004 e 2005, foram *decretadas* dezenas de *feriados* escolares em favelas do Rio de Janeiro por ordens do tráfico de drogas e por conflitos com a polícia ou entre facções rivais. A anomalia do quadro indica como a rotina de violência interfere nas ações sociais em comunidades carentes, além de, em larga medida, atestar a ausência — ou frágil presença — do Estado nessas áreas.
- 94 Quinze anos após sua aprovação, o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe maior visibilidade para a situação da infância brasileira e tornou-se referência para a implantação de políticas públicas voltadas para esse público. Objetivamente, uma de suas maiores vitórias foi a desativação, em todo o país, dos estabelecimentos especializados no tratamento de menores infratores, os quais fracassaram em sua missão.
- 95 Conquanto se saiba que políticas preventivas apresentem custos superiores às de repressão, nas duas últimas décadas o Brasil esforçou-se por aplicar eficientes políticas de inclusão infanto-juvenil. Demonstra-o, no caso da educação, a quase universalização do acesso à etapa básica de escolaridade, a despeito dos problemas de qualidade do ensino ainda não superados.
- 96 Escola de tempo integral é vista como estratégia adequada para, além de garantir o acesso e a permanência da criança por mais tempo em um ambiente preparado para sua formação plena e integrada, contribuir significativamente para a melhoria do desempenho escolar do aluno e reduzir as enormes desigualdades sociais que marcam o Brasil. Todavia, apesar de projetos existirem, uma experiência nesse sentido ainda não conseguiu ser concretizada no país.

Ainda tendo o texto **Fim de milênio** como referência inicial e considerando a amplitude do tema que ele focaliza, sobretudo em face de sua acentuada capilaridade nas sociedades contemporâneas, além de aspectos marcantes do cenário social brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 97 Embora o resultado do referendo de outubro de 2005 tenha, na prática, revogado o Estatuto do Desarmamento, sabe-se que a situação da violência no país segue assustando. Há alento, no entanto: recente pesquisa da UNESCO mostra que, nos últimos anos, diminui sensivelmente o número de mortes provocadas por armas de fogo, sobretudo entre jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos.
- 98 Ainda que tenha havido considerável redução — estimada em cerca de 40%, entre 1992 e 2003 — na quantidade de crianças e adolescentes brasileiros que trabalham, permanece elevado o número dos que se encontram nessa situação, atuando em atividades que vão da agricultura ao serviço doméstico. No ritmo em que se encontra, o país tende a não atingir a meta da ONU de erradicar todas as formas de trabalho infantil até 2015.

Texto para os itens de 99 a 110.

No nordeste da China, podem ser vistos os resquícios de um imenso complexo murado onde, durante a Segunda Guerra, médicos do exército japonês conduziram experimentos, em sua maioria fatais, com prisioneiros chineses, coreanos e russos. Hoje, a área abriga um dos muitos museus criados recentemente na China para exibir as atrocidades infligidas aos chineses pelas forças do Japão. Os museus são um misto peculiar de câmaras de horrores e memoriais sagrados que destacam o chamado “martírio” chinês.

O objetivo de tudo isso é exposto em textos escritos nas paredes: deixar claro que o povo chinês, com seus 5.000 anos de civilização, nunca mais se deve deixar humilhar por agressores estrangeiros. Apenas uma nação grande e forte poderá garantir a sobrevivência da raça chinesa. É o que é conhecido na China como “educação patriótica”. Esse patriotismo, baseado em um sentimento coletivo de vitimização e na determinação de fazer da China a sobrevivente suprema entre as nações, acabou por tomar o lugar do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Tse-tung como ideologia oficial da República Popular da China.

Ian Buruma. *A pátria ideológica*. In: *Folha de S. Paulo*, “Caderno Mais!”, 17/4/2005, p. 10 (com adaptações).

Tendo o texto como referência inicial e considerando que o tema nele abordado também remete a alguns conceitos de identidade, julgue os itens seguintes.

- 99** Ao tratar das identidades, hoje, as ciências sociais não mais levam em consideração o antigo conceito de culturas híbridas. Isso se explica, fundamentalmente, pelo fato de que os movimentos migratórios, por mais intensos que possam ser, não conseguem gerar uma sobreposição de culturas diferentes e os grupos que chegam acabam por ser culturalmente incorporados pela sociedade que os acolhe.
- 100** Não sendo nova nas ciências humanas, pioneiramente trabalhada pela Filosofia e pela Psicologia, a noção de identidade se vê incorporada como objeto de estudos por áreas como, por exemplo, a Antropologia, a Sociologia e a História, compondo um amplo espectro interdisciplinar conhecido como Estudos Culturais, que se amplia à medida que avançam os debates em torno da pós-modernidade e do multiculturalismo.
- 101** A construção teórica de identidades sob os mais diversos enfoques, como o sociológico, o lingüístico e o embasado na teoria da comunicação, não apenas adensa o conhecimento produzido a seu respeito como propicia o aparecimento de novas categorias dela derivadas, cada qual com significados e métodos de análise próprios. Seriam, entre outros, os casos de identidade nacional, identidade étnica e identidade social.
- 102** Nélson Rodrigues, por muitos considerado o fundador do moderno teatro brasileiro, também ficou conhecido como cronista da vida cotidiana. Sua frase famosa: “a seleção (de futebol) é a pátria de chuteiras” deve ser entendida como frontal negação de conhecidas teorias interpretativas da identidade nacional brasileira, como a do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Hollanda e, principalmente, a do antropólogo social Roberto DaMatta, para quem não se pode falar em identidade brasileira única nem defini-la a partir de manifestações culturais essencialmente populares, como o futebol e o carnaval.
- 103** Na seqüência de crises pelas quais passa a Bolívia nos últimos anos e cujo ato mais recente foi a eleição do líder dos plantadores de coca Evo Morales à presidência da República, evidenciou-se a nítida distinção econômica, social, cultural e política existente em um mesmo país. Eis uma realidade muito própria — ainda que não exclusiva — da América Latina, o que leva o estudioso à necessária matização do tema da identidade em múltiplas vertentes, incluindo aspectos étnicos, regionais e nacionais.

Ainda considerando o texto **A pátria ideológica** como referência inicial e considerando que o tema nele abordado também remete a alguns conceitos de identidade, julgue os itens seguintes.

- 104** O Brasil é exemplo reconhecido de uma sociedade que se organizou politicamente após ter obtido sua independência, um processo que se estende no tempo. Por essa razão, dele pode-se dizer que a Nação antecede ao Estado.
- 105** O tipo de nacionalismo que aparece no texto, referindo-se ao que ocorre na China no presente, não é novo na História. Nascido na Europa do século XIX, expandiu-se no século XX e chegou à Ásia, não sem antes causar graves conseqüências no Ocidente, especialmente por se tratar de uma espécie de mescla de etnicismo com darwinismo social, segundo a qual nações fracas estão condenadas a perecer.
- 106** A ação conquistadora japonesa sobre a China e a Coréia no período que antecede a Segunda Guerra Mundial apresenta claras semelhanças com a ação que, na Europa, o nazismo alemão empreendia a passos largos. Em ambos os casos, o mito da superioridade racial esteve presente de maneira marcante e definidora das ações agressivas.
- 107** A situação retratada no texto sugere que, nestes tempos pós-Mao Tse-tung, o Estado chinês utiliza-se ideologicamente da agressão japonesa, que efetivamente ocorreu, como instrumento importante para a definição da identidade nacional.
- 108** A princípio, o tipo de nacionalismo mencionado no texto não se coaduna com os padrões ocidentais de democracia. Curiosamente, ele ocorre no momento em que a China promove formidável abertura econômica e política, afastando-se rapidamente do modelo dirigista de Estado que adotou desde a vitória da revolução comunista.
- 109** Historicamente, a mobilização em torno de uma identidade nacional alicerçada em nacionalismo darwinista não conseguiu se concretizar, justamente por não ter conseguido desencadear grandes energias e obter algum tipo de coesão mais pronunciada entre os povos aos quais foi proposta.
- 110** Ao se referir à “educação patriótica” posta em prática pelo Estado chinês, o texto menciona uma experiência que, em várias épocas e distintos contextos, foi bastante praticada em sociedades contemporâneas. Com graus diferenciados de forma e de intensidade, a instrumentalização do sistema educacional para fins político-ideológicos é comum em regimes politicamente fechados, totalitários ou ditatoriais, como atestam, entre outros, o bolchevismo e os fascismos.

Os gráficos que se seguem foram elaborados a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, divulgada pelo IBGE em novembro do ano seguinte, extraídos, com adaptações, do caderno especial "Retrato do Brasil", **Folha de S.Paulo**, 26/11/2005.

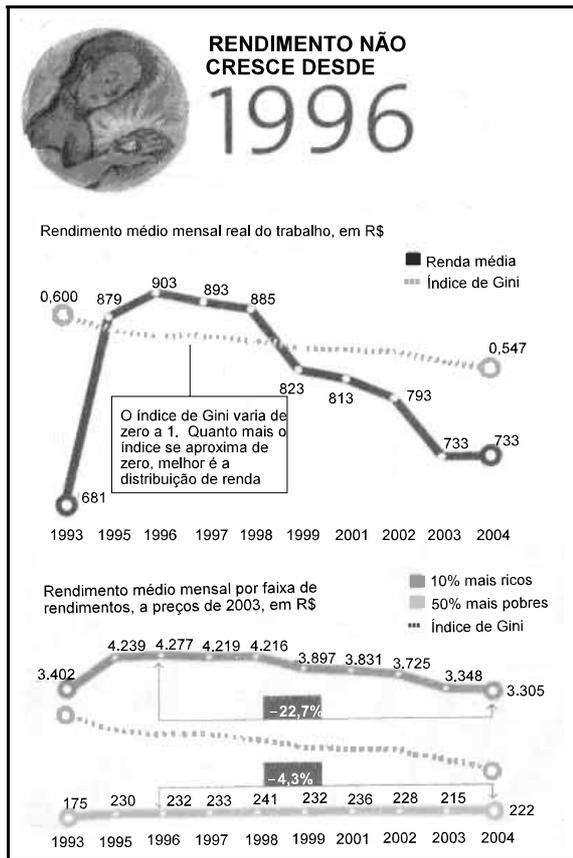


Figura I

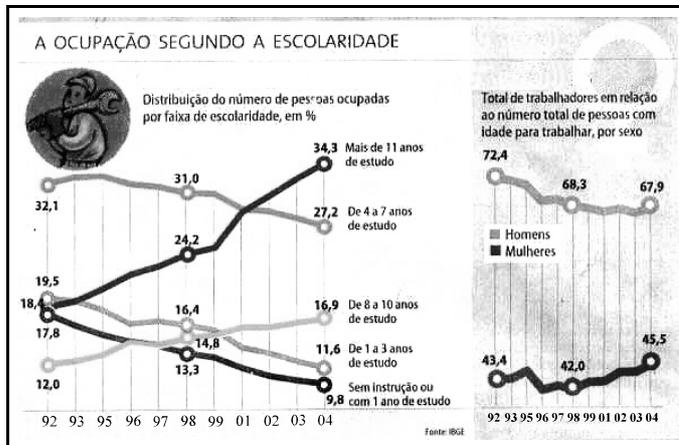


Figura II



Figura III

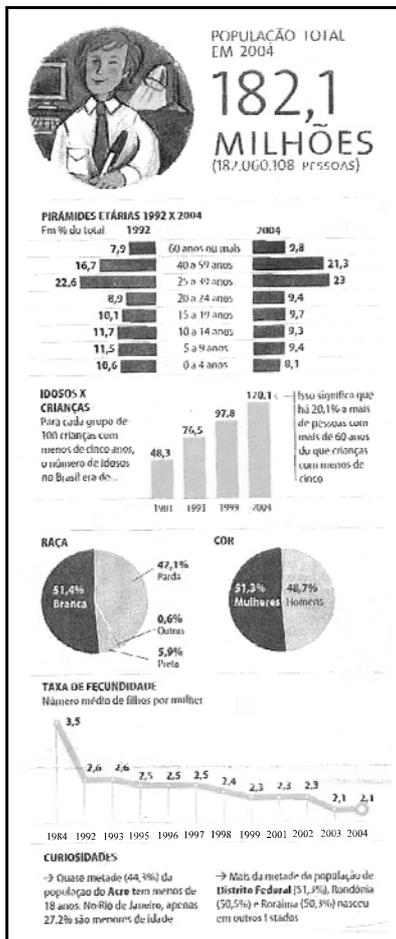


Figura IV



Figura V

A propósito do mesmo PNAD, o pesquisador Ricardo Paes de Barros concedeu entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, caderno “Aliás”, edição de 4/12/2005, da qual foi extraído o texto que se segue.

No mercado de trabalho, a desigualdade de gênero é muito maior que a desigualdade racial. Na educação, é o contrário: as mulheres são tão ou mais educadas que os homens, enquanto os diferenciais por cor são gigantescos. Ou seja, o diferencial de cor se manifesta na escola, e o mercado de trabalho simplesmente ratifica, separando o qualificado do não-qualificado. No caso da mulher, é o contrário. Durante toda a infância, ela não é discriminada. A discriminação contra a mulher é gerada no mercado de trabalho.

Você pode reclamar do Bolsa-Família, mas negar que seu nível de focalização esteja à frente dos outros programas sociais brasileiros é loucura. Pode até ser clientelismo, mas esse é o risco que corre todo programa focalizado. Afinal, para acabar com a pobreza, tem de chegar no pobre.

Considerando as informações apresentadas nos gráficos mostrados na página anterior — figuras de I a V — e o texto acima, inserindo-os no contexto mais amplo da realidade social brasileira, julgue os itens subseqüentes.

111 De 1992 a 2004, o mercado de trabalho ocupou equitativamente a mão-de-obra masculina e feminina. Quando cotejado o número de trabalhadores em relação ao número total de pessoas com idade para trabalhar, como mostra o gráfico ilustrado na figura II, vê-se que o crescimento das vagas, por sexo, foi praticamente o mesmo, ascendente em ambos os casos.

112 Sabendo-se que, em síntese, o índice Gini avalia a concentração de renda e que quanto mais ele se afasta de zero pior é a distribuição dessa renda, o gráfico ilustrado na figura I indica melhora da distribuição da riqueza nacional entre 1993 e 2004, com discretas variações ao longo do período.

113 Apesar da queda do rendimento dos mais ricos, do recuo da inflação e do aumento real do salário mínimo, o gráfico mostrado na figura I sugere que a distribuição da riqueza não melhorou devido à ausência de crescimento da renda, razão pela qual a histórica desigualdade não se altera.

114 O gráfico mostrado na figura II desmitifica a tese segundo a qual o nível de escolaridade mais elevado corresponde à maior possibilidade de acesso ao emprego. Os números indicam discrepância irrelevante entre os que têm ensino fundamental (completo ou não) e os que concluíram a educação básica.

Ainda considerando as informações apresentadas nos gráficos mostrados nas figuras de I a V e o texto ao lado, inserindo-os no contexto mais amplo da realidade social brasileira, julgue os itens subseqüentes.

115 O gráfico ilustrado na figura V confirma estar ocorrendo com o Brasil idêntico fenômeno verificado nos países em que houve esforço concentrado para a melhoria dos indicadores educacionais: ainda que o acesso à escola no nível constitucionalmente obrigatório caminhe para a universalização, o percentual de analfabetos não se reduz devido ao grande número de idosos.

116 Em nítida correspondência com o papel crescentemente decisivo que representa para as exportações brasileiras, o agronegócio é o setor da economia que, proporcionalmente, mais contribuiu para o aumento da oferta de emprego no país, conforme identificado no gráfico apresentado na figura III.

117 Comparado com o ano anterior, em 2004 o desemprego diminuiu em quatro regiões pesquisadas, manteve-se praticamente no mesmo patamar em uma e continua sendo maior na mais industrializada região do país de acordo com o gráfico mostrado na figura III.

118 Comparando-se as pirâmides etárias com dados de 1992 e 2004, presentes no gráfico ilustrado na figura IV, chega-se à conclusão de que a população brasileira está vivendo mais. Em 2004, a relação aproximada do número de idosos com mais de 60 anos com o de crianças com menos de 5 anos passou a ser de 120 para 100.

119 A leitura do texto e dos gráficos mostrados na figura IV permite concluir que o crescimento da população brasileira, hoje em torno de 182 milhões de habitantes, deriva de múltiplas determinações, a primeira das quais é a convergência entre redução das taxas de mortalidade e, o que é ainda mais expressivo, o aumento das taxas de natalidade. Nesse caso, a discriminação do mercado às mulheres ajuda a explicar o aumento do número médio de filhos por família.

120 Mais que crítica pontual, o texto condena no Bolsa-Família o caráter ostensivamente assistencialista do programa, como de resto, aliás, deixa transparecer que este é o mal que acomete toda e qualquer política de transferência de renda.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

DISCRIMINAÇÃO TEM PREÇO

A situação das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro está cada vez mais vulnerável. Elas são as mais prejudicadas pelo desemprego. Quando conseguem uma ocupação, desempenham atividades em condições mais precárias e recebem salários inferiores aos dos demais trabalhadores. A taxa de desemprego entre mulheres negras chega a ser o dobro da registrada entre homens brancos. Na média, elas ganham três vezes menos do que os homens brancos e quase a metade do que as mulheres não-negras.

De cada 100 trabalhadoras afro-descendentes da Capital Federal, 24 estão desempregadas. O número cai para 13 quando se aborda o universo dos homens brancos. De acordo com o DIEESE, 41,3% das mulheres negras no DF se encontram em situação de vulnerabilidade, seja por não ter carteira assinada, ser trabalhadora familiar não-remunerada ou empregada doméstica.

Correio Braziliense, 18/11/2005, p. 12 (com adaptações).

Lei Orgânica do Distrito Federal

Art. 276. É dever do Poder Público estabelecer políticas de prevenção e combate à violência, particularmente contra a mulher e as minorias.

Art. 277. As empresas e órgãos públicos situados no Distrito Federal que, comprovadamente, discriminarem a mulher nos procedimentos de seleção, contratação, promoção, aperfeiçoamento profissional e remuneração, bem como por seu estado civil, sofrerão sanções administrativas, na forma da lei.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os dispositivos da Lei Orgânica do Distrito Federal acima reproduzidos, redija requerimento, devidamente justificado, com a finalidade de obter do Poder Executivo, de forma completa e circunstanciada, a relação de ações, projetos e programas em desenvolvimento, que tenham por meta a superação da realidade mostrada pelo jornal. Considere, ainda, que o autor da proposição é um deputado distrital integrante da bancada opositora.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	